

Resenha

CRUZ, Eduardo da. *Maria José da Silva Canuto (1812-1890): Estudo, antologia e bibliografia*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas (CLEPUL) e Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS. NOVA), 2018. 325 p.

Maria José Lago Remédios
Escola Secundária D. Filipa de Lencastre
Universidade de Lisboa

Recebido em: 19/08/19
Aprovado em: 26/10/19

“Foi concorridíssimo o funeral da antiga professora D. Maria José da Silva Canuto”.¹ Assim inicia Eduardo da Cruz o seu estudo sobre uma mulher oitocentista, parecendo, com a citação em causa, retirada do *Diário de Notícias*, que fez a cobertura do seu funeral, acrescida da publicação de alguns elogios fúnebres da autoria de figuras significativas da vida portuguesa, contrariar a invisibilidade histórica das mulheres. Todos conhecem a expressão portuguesa que ensina “depois de morto vira-se santo”, o que permite admitir que a atenção dada aquando da sua morte não indicia que em vida tenha tido o reconhecimento social correspondente à mulher que foi e à forma como interveio na vida social e cultural da sua época. Aquela homenagem estaria de acordo com alguém que, interiorizando a humildade como condição de vida, havia recusado a ideia de uma biografia, que lhe tinha sido proposta, como dá conta o responsável pela obra em análise, citando uma carta que ela dirigiu, em 1875, à diretora do *Almanaque das Senhoras*, Guiomar Torresão, alegando: “A minha biografia!... — lhes disse eu, a rir — ora essa! Que eu sempre detestei as apoteoses aos semi-deuses vivos, havia de ler, eu mesma, a minha biografia!... Impossível!” (p. 18). Mas, admitia o reconhecimento depois de morta, como transparece na conclusão daquele texto, ao escrever: “Deixe-me descer à sepultura; não deve tardar muito a hora do meu repouso: conto 63 anos. Depois... se me conceder um cantinho no seu Pantheon, quem sabe se o meu espírito lho agradecerá” (p. 19).

E, embora se tenha de admitir que Maria José Canuto gozava de uma certa notoriedade, que ocorria num grupo muito restrito, por comparação às mulheres da sua época, em geral, e até em relação às mestras de escola, este facto não contradiz a ideia de invisibilidade histórica,

¹ *Diário de Notícias*, Lisboa, p. 1, 22 jan. 1890.

pois o reconhecimento não transparece na reconstituição histórica da sua época, que tem sido feita, pelo que a chamada de atenção da historiadora Michelle Perrot (1998) para a necessidade epistemológica da História das Mulheres, ao dar visibilidade através da narrativa à experiência da mulher *na* e *da* história que a tem silenciado continua a ter relevância no século XXI. A inexistência de qualquer contrariedade vê-se, assim, esclarecida, fazendo jus à advertência, que deve nortear a constituição do saber racional, “as aparências iludem”, pelo que devem ser tomadas como obstáculos epistemológicos, como nos alerta Gaston Bachelard (1971).

Torna-se oportuno questionar a invisibilidade histórica das mulheres, pois o trabalho apresentado por Eduardo da Cruz integra-se num projeto mais vasto, desenvolvido pelo Grupo de Investigação “Brasil-Portugal: cultura, literatura, memória” do Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas da Faculdade de Letras (CLEPUL), em parceria com o Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova (CICS.NOVA) e a Biblioteca Nacional de Portugal (BNP),² o qual assume pretender, segundo as suas coordenadoras, Isabel Cruz Lousada e Vânia Pinheiro Chaves, e que prefaciam a obra objeto de recensão, “«dar palco» — posto que voz tiveram, na história coeva — às figuras femininas que teimam em não deixar passar do umbral do esquecimento, séculos volvidos de uma existência digna e meritória de destaque” (p. 10).

Estudar e divulgar a produção de autoria feminina do *Almanaque de Lembranças*, *Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* e *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro* é a finalidade do referido projeto, do qual já resultaram cinco produtos, o catálogo *As Senhoras do Almanaque*, em 2015, *Anália Vieira do Nascimento, 1854-1911*, em 2017, *Maria José da Silva Canuto, 1812-1890*, e *Senhoras de Minas Gerais (1885-1932)*, em 2018, e *Alba Valdez (1874-1962)*, em 2019. Como esclarecem as investigadoras acima mencionadas, além da inventariação da produção feminina naqueles periódicos, objeto da primeira publicação da responsabilidade do projeto, acrescem: “Monografias ou volumes coletivos, ensaios individuais ou em coautoria [que] protagonizam desde logo diferenças entre publicações nas quais surgem biografadas figuras completamente desconhecidas do grande público, mas que, na sua época, podem ter gozado de notoriedade” (p. 10). Consequentemente, como o reconhecem as coordenadoras do projeto, está em causa “trazer à luz uma faceta da sistemática invisibilização da escrita assinada por mulheres” (p. 10).

Assim, integrando a série “Senhoras do Almanaque” publicaram, e continuarão a fazê-lo, biografias e estudos sobre as colaboradoras do *Almanaque de Lembranças*, quer com elevada produção quer com reduzida, compreendendo mulheres portuguesas, brasileiras e africanas, que, como é assinalado pelas prefaciadoras, ao “Descobrir o contexto em que cada uma delas produziu os seus escritos e como chegaram a integrar o *Almanaque*, levar-nos-á por sua vez a motivos contrastantes e representativos dos séculos XIX e XX” (p. 11).

² Sublinhe-se que a BNP assegura a plataforma de divulgação da coletânea, disponibilizando-se as produções na versão *e-book* em alternativa à impressa na escolha *print on demand*.

Enquadrada a publicação alvo da nossa atenção, a qual conta com o apoio do Real Gabinete Português de Leitura, há que reconhecer que a sua estrutura corresponde à de uma linha editorial — a da série “Senhoras do Almanaque” —, concernindo duas partes, uma em que é oferecido um “Estudo” sobre Maria José da Silva Canuto, e outra designada “Antologia”, que compreende, além da apresentação dos textos da sua autoria, em prosa e em poesia, publicados, quer nos *Almanaques de Lembranças* quer noutros periódicos, a recolha de produtos escritos, de natureza poética ou não, sobre ela.

Um dos maiores ganhos com a economia do processo de *visibilização* adotado é o seu efeito multiplicador. O estudo aqui apresentado sobre Maria José Canuto suscitará, certamente, outros trabalhos de investigação sobre questões levantadas pelo modo como a protagonista da história do Portugal oitocentista foi construindo a sua vida, às quais os Estudos sobre as Mulheres não podem ficar indiferentes, assim como a História da Educação. Também o núcleo documental aqui reunido, na forma de antologia, e que facilitará o trabalho de investigação, libertando-o da morosa recolha de um conjunto significativo de fontes primárias, por hora oferecido, assim como, sob a designação “fontes impressas”, a inventariação dos textos da autoria de Maria José da Silva Canuto publicados evidenciam não só a relevância de realizar trabalhos científicos de índole diversificada não escamoteando a sua obra, ao querer-se aprofundar o conhecimento da construção do Portugal liberal, como a possibilidade de concretizá-los.

Regista-se, contudo, a ausência duma explicação sobre os princípios que presidiram à seleção dos textos a figurar na antologia e cuja publicação não ocorreu nos almanaques. Certamente, houve razões para omitir um dos textos de natureza pedagógica mais pertinente, e significativo do reconhecimento de Maria José Canuto, para além dos seus pares, entre os decisores da política educativa na época. Refiro-me à conferência por ela proferida no Liceu Nacional de Lisboa — mencionada no estudo de Canuto e incluída na bibliografia da autora, apresentados por Eduardo da Cruz —, abordando a instrução no quadro duma educação condição de regeneração nacional, e que ocorreu no âmbito dum conjunto de conferências pedagógicas organizadas, entre 1868 e 1869, pelo comissário de estudos Marianno Ghira,³ tendo ela sido a única mulher preletora entre os distintos conferencistas. Uma nota explicativa, no início da antologia, ou um texto introdutório ao estudo e à antologia, dada a apresentação feita ser de âmbito muito geral, versando a série “Senhoras do Almanaque”, esclareceriam o leitor sobre as opções tomadas.

Partindo dum diminuto conjunto de dados biográficos sobre Maria José da Silva Canuto, como nos dá conta Eduardo da Cruz, “foram colhidos breves perfis publicados na imprensa, de suas próprias produções em diversos jornais e revistas, de comentários e notícias sobre suas

³ Apesar de Marianno Ghira ter sido o responsável pela realização das conferências pedagógicas, não podemos ignorar que o professor da Escola Normal Luís Filipe Leite, que interveio nas mesmas, refere que D. António da Costa “secundou” a organização destas conferências (*Gazeta Pedagógica*, 1869, p. 13).

atividades, em alguma correspondência preservada na Coleção Castilho, no Arquivo Nacional Torre do Tombo, ou recolhidos em alguns documentos” (p. 18), procura “recuperar não apenas uma autora, mas uma vivência feminina no Portugal do liberalismo, que certamente serviu de modelo para outras mulheres e que pode, ainda, servir de inspiração” (p. 20-21), pelo que é superado, em muito, o âmbito duma entrada biográfica, quer de natureza geral quer focalizada numa dimensão da sua vida, seja ela a de pedagoga ou a de escritora. Há, assim, que reconhecer que só o esforço hercúleo colocado pelo autor na indagação de fontes, a par do seu assinalável treino na hermenêutica dos documentos, tornaram possível o produto apresentado à estampa.

A opção por um “Estudo” é assinalável, pois, até ao momento, os trabalhos sobre Maria José da Silva Canuto restringiam-se a verbetes para dicionários, quer de autores, quer de pedagogos ou, ainda, de mulheres, os quais não foram ignorados pelo autor, mas viram-se ampliados. O “Estudo” compreende uma dimensão analítica da vida de Maria José Canuto, por um lado, e, simultaneamente ao promovê-lo, possibilita ao autor, também, uma abordagem global e não fragmentada duma vida em que os agires interpenetram-se uns nos outros, afigurando-se esta com uma identidade para lá da diversidade, o que a torna singular.

Singularidade que é preservada por Eduardo da Cruz e que desconstrói perfis biográficos escritos sobre Maria José Canuto que enfatizam o seu papel como professora, ignorando a dimensão política por ela colocada na disponibilização de instrução para todos, ou que enaltecem a poetisa, silenciando as suas publicações nos periódicos de pendor político (p. 25-26). O autor elenca as estratégias estruturantes da atuação de Maria José Canuto e, analisando-as, oferece uma visão detalhada da sua intervenção política, argumentando:

Essa escritora da liberdade reconhece que seu papel é pequeno em meio à torrente da imprensa política. No entanto, é uma das poucas, senão a única mulher, a digladiar na arena política desse período do liberalismo. Sua persistência, apesar da impotência que lhe era social e legalmente imposta, deveria excitar uma ação mais enérgica das classes laboriosas a quem se dirigia constantemente. Os políticos não tinham o povo em consideração quando lutavam pelo poder e isso era um risco que ela apontava como advertência (p. 107).

Não perde, contudo, o autor a profunda visão de conjunto na análise da complexidade do agir de Maria José Canuto, reconhecendo:

“Apesar de termos procurado separar as diversas ações de Maria José Canuto, apresentando e analisando de modo destacado suas publicações poéticas e criativas, sua participação pedagógica e suas batalhas na arena política, isso foi uma tarefa hercúlea. A poetisa é política. A professora é política. E a política escreve como poetisa e é didática como uma boa professora” (p. 120).

Dá-nos, o autor, o retrato duma mulher que, para lá do devir e das adversidades da vida, fundamenta o seu agir em sólidos alicerces — princípios morais e convicções filosóficas —,

que a levam a ousar ocupar espaços que não eram oferecidos, no seu tempo, às mulheres, e assumindo-se como uma construtora do progresso social e da humanidade, glorifica o trabalho, mobilizando as suas capacidades e competências, e age na educação, tomada como *causa eficiente* da regeneração moral e social. E, porque “percebeu que a sua voz só seria ouvida se fosse difundida pela imprensa periódica” (119), ela instrumentaliza-a em prol da educação, seja na defesa da construção da escola pública, no sentido amplo do termo, seja argumentando a favor da educação feminina ou, ainda, da instrução popular, como é evidenciado por Eduardo da Cruz. Pode entender-se que, à medida que as forças não lhe permitiam dividir-se por múltiplos espaços interventivos e a Escola das Mercês reclamava cada vez mais esforço da sua parte, aumentando o número de alunas diurnas, e algumas das quais querendo ir mais longe do que aprender as primeiras letras, como dá conta Eduardo da Cruz, Maria José Canuto optasse pela docência, diminuindo outras atuações. Convicta da força transformadora da educação e, constatando o efeito multiplicador que tinha a sua disseminação, ao transformarem-se as jovens alunas do ensino diurno em ajudantes da mestra nas aulas noturnas, aderiu às inovações pedagógicas do seu tempo, recorrendo à prática “simultânea”, ao método de leitura de Castilho, do qual é uma grande divulgadora, como o mostra detalhadamente Eduardo da Cruz, e nas outras disciplinas ao “método prático”, como dá conta o visitador, aquando da inspeção extraordinária ao ensino primário, realizada em 1875, e que lhe tece a mais ilustre apreciação e com a qual, acredito, ela aceitaria ser lembrada como uma protagonista do século XIX : “A Professora é bastante ilustrada e desempenha com muito zelo as funções do magistério. É uma das melhores Professoras da Capital” (ANTT, Ministério do Reino, Livro 1074, fl. 47v.).

Está-se, assim, perante um Estudo e uma Antologia de valor assinalável ao contribuírem para a construção duma História das Mulheres que se sabe ter de ser plural e englobar as diferenças, sob pena de cair em generalizações precipitadas, e que se veem enquadrados num projeto de dimensão alargada que, além da inventariação e acumulação de informação, contempla uma perspectiva reflexiva sobre a complexidade do objeto histórico ser “as mulheres” e não “a mulher”.

Minicurrículo

Maria José Remédios é professora do quadro da Escola Secundária Filipa de Lencastre. Licenciada em Filosofia, mestre em Ciências da Educação e doutoranda em História da Educação pela Universidade de Lisboa.